

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.636 - SP (2019/0353804-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE MARTINÓPOLIS - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE CORBÉLIA - PR**
INTERES. : **GLEISON NEVES DE SOUZA**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência envolvendo o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE MARTINÓPOLIS (SP) e o JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE CORBÉLIA (PR).

Colhe-se dos autos que GLEISON NEVES DE SOUZA foi denunciado pelo Ministério Público do Estado do Paraná pela prática dos crimes de receptação, posse de arma de fogo e adulteração de sinal identificador de veículo automotor. Após a instrução, o Juízo suscitado declarou-se incompetente por constatar que o denunciado havia praticado roubo na cidade de Martinópolis (SP) e os produtos do crime e a arma correspondiam exatamente ao que fora apreendido no Paraná.

O Juízo de Martinópolis (SP), no entanto, declarou-se incompetente para o julgamento do feito e suscitou o conflito de competência por entender que os crimes apurados no Paraná eram autônomos e sem conexão com o crime de roubo apurado em São Paulo.

O Ministério Público Federal opinou pela declaração de competência do Juízo suscitante (e-STJ fls. 186/188).

É o relatório.

Decido.

Conheço do conflito, pois trata-se de controvérsia instaurada entre juízes vinculados a tribunais distintos, a teor do que preceitua o art. 105, inciso I, alínea d, da Constituição Federal.

Nos termos do art. 76 do Código de Processo Penal, a competência será determinada pela conexão nas seguintes hipóteses:

Superior Tribunal de Justiça

I - se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras;

II - se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;

III - quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

In casu, constata-se a presença de elementos aptos a caracterizar a conexão probatória e objetiva das condutas investigadas nos termos do citado art. 76, II e III, do CPP, uma vez que o crime de roubo guarda liame com os crimes de receptação, posse de arma e adulteração de sinal identificador de veículo, sendo certo que a prova de um delito influirá na prova do outro, e, ao que tudo indica, foram praticados para ocultar ou garantir a impunidade quanto ao crime de roubo.

Com efeito, conforme manifestação ministerial (e-STJ fl. 187):

O denunciado Gleison Neves de Souza confessou a autoria do roubo em São Paulo, assim como o deslocamento por rodovia no Paraná, cuja finalidade era transpor a fronteira com o Paraguai para lá vender os produtos do crime, incluído aí o veículo fruto do roubo.

Veja-se que entre o roubo ocorrido em Martinópolis - SP (26.01.2018) e a prisão do denunciado em Corbélia - PR (27.01.18), houve a diferença de apenas 1 (um) dia.

De outro lado, a distância geográfica entre Martinópolis - SP e Corbélia- PR em nada muda, no contexto dado, o caráter do crime de roubo ser único relativamente à apreensão dos produtos do crime, da arma e da adulteração da placa do veículo com fita isolante.

Há evidente conexão entre os fatos mencionados, o que atrai a incidência do disposto no art. 78, inciso II, "a", do Código Processual Penal, que determina a prevalência do lugar da infração à qual for cominada pena mais grave.

Diante disso, impõe-se reconhecer a competência do Juízo de Martinópolis (SP), onde ocorreu o delito de maior gravidade.

No mesmo sentido, cita-se o seguinte precedente da Terceira Seção desta Corte:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PENAL.

Superior Tribunal de Justiça

COMPETENTE O LUGAR DA INFRAÇÃO. REGRA GERAL. DIVERSOS CRIMES. CONEXÃO. JURISDIÇÕES DA MESMA CATEGORIA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO ONDE SE CONSUMOU A INFRAÇÃO MAIS GRAVE.

1. A competência, como regra geral, é a do local onde se consumar a infração, a teor dos artigos 69, inciso I, e 70, caput, ambos do Código de Processo Penal.

2. Tendo em vista que nenhum dos delitos descritos na denúncia foi cometido na Região Administrativa de Santa Maria/DF, não havendo sequer atos preparatórios nesta localidade, não há se falar na competência do Juízo suscitado.

3. Ainda que assim não fosse, é cediço que a competência, cuidando-se de crimes conexos, é firmada no Juízo da comarca onde se consumou a infração de maior gravidade (art. 78, II, "a", do Código de Processo Penal), do que se extrai que, em se tratando de delitos de roubo, furto, receptação, adulteração de sinal identificador de veículo automotor e falsificação de documento público, a competência será do lugar onde se consumou o roubo.

4. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cristalina/GO, o suscitante. (CC 109.498/GO, relator Ministro HAROLDO RODRIGUES, Desembargador convocado do TJCE, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/05/2010, DJe 04/06/2010.)

Ante o exposto, conheço do conflito e dou por competente o Juízo suscitante.

Publique-se. Comunique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator